

CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL DE LONDRINA- CMTCSL

Ata Reunião Ordinária 04/05/2015

Institucional e Informes

Não havia quórum às 19hrs18min. Aguardou-se pelos minutos protocolares.

Havendo quórum às 19hrs26min, abriu-se a reunião em segunda convocação, nos termos do art. 39 do Estatuto deste Conselho.

Por motivos de força maior, o Presidente Fábio precisou se ausentar; razão pela qual a reunião foi dirigida pelo Vice-presidente.

A Pauta foi lida.

Foram lidos os tópicos a serem debatidos.

A Conselheira Francesca reiterou a todos o convite para a audiência pública da CAAPSMEL.

Colocou também o seu repúdio com relação ao caso do CONCIDADE e da ausência de posse de seus conselheiros, mesmo diante da legislação em vigor acerca do assunto.

A Conselheira Juvira se manifestou acerca de seu retorno. Disse ter se afastado por razões de saúde.

Os demais informes gerais se resumiram às explicações dadas pelo Senhor Prefeito, durante a reunião extraordinária realizada no dia 13 de abril.

O conteúdo desta Ata foi esboçado. Surgiram algumas manifestações.

Encaminhamento #01

Mesa

Tratar da lista tríplice na próxima reunião. Verificar com o Prefeito se há pretensões de alterar ou não o decreto.

Pauta

01. Aprovação da Ata de 06/04/2015: item prorrogado.

Encaminhamento #02

Mesa

Reenviar a Ata do mês de abril para nova leitura e futura aprovação.
Enviar a Ata da Reunião Extraordinária de 13/04/2015

02. O Conselheiro Juliano tomou a palavra. Tratou novamente das dificuldades em se obter ações efetivas por parte do Poder Público no que toca as inúmeras irregularidades na concessão de alvarás e habite-se para novas construções e readequações.

Afirmou que, em pouco mais de um ano, quase nada foi feito por parte do Poder Público. Falta interesse por parte do mesmo. A resposta é sempre negativa, mas não há efetividade a curto, médio ou longo prazo e nenhuma medida é tomada por parte dos fiscais das obras.

Concluiu ao final, que são inúmeras as pendências e que se tudo ao que se dispôs o município tivesse sido efetivamente feito, o mesmo não teria que gastar tanto com fiscalização, abandono de obras e depredações.

Em resposta, o Sr. Valtencir, da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Londrina, informou não saber com exatidão o porquê de tantas colocações, mas afirmou que falta pessoal e qualificação dos servidores.

Após a indagação da Conselheira Juvira, o Sr. Valtencir afirmou que a equipe da referida Secretaria segue um protocolo padrão para a fiscalização das obras, mas que são poucos os fiscais, o que pode acarretar inúmeros problemas futuros.

O Conselheiro Juliano retomou a palavra. Expôs outros problemas, de forma exemplificativa. Citou o City Shopping Londrina e o depósito de caçambas do Jardim Columbia. Ao final, questionou: como são processadas as denúncias?!

Em resposta, o Sr. Valtencir afirmou que as denúncias são processadas priorizando-se a “gravidade” e a extensão social da obra que pode, ou não, estar irregular. Reiterou a condição humana: “falta pessoal”.

A Conselheira Francesca se manifestou. Deu outros exemplos e construiu a sua indignação. “Faltam coisas básicas, tais como um projeto de eliminação de resíduos”. Para ela, as denúncias precisam ser bem tratadas. Questionou a respeito do “agiliza obras” e do “destrava”.

Em resposta, o Sr. Valtencir explicou a todos que há diferenças entre o agiliza obras e o decreto 109; pelo decreto, todos os imóveis são fiscalizados, naquilo que toca as suas influências urbanísticas. Isso tem dado à Secretaria de Obras um maior alcance para as fiscalizações. Exibiu o decreto em tela.

O redator da Ata aproveitou a deixa apenas para esclarecer que, no caso da construção irregular do City Shopping Londrina, fora celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta, com a Justiça, que vem sendo satisfatoriamente cumprido.

O Conselheiro Juliano retomou, novamente, a palavra e expôs outros exemplos. Exibiu em tela algumas denúncias que já se encontram em processo dentro da Prefeitura. Concluiu a sua palavra afirmando que “há omissão por parte do poder público”.

Em resposta final, o Sr. Valtencir concordou em parte com o Conselheiro Juliano: “a situação beira à barbaridade”, mas deu a sua palavra no sentido de que grande parte das denúncias tem sido processadas com êxito.

Ademais, a prefeitura tem tido dificuldades em nomear os aprovados no último concurso público para engenheiros. Segundo ele, alguns candidatos se

recusaram a assumir os cargos, em razão de outras ofertas melhores de emprego.

Concluiu dizendo que, de acordo com a sua compreensão acerca do tema, deve haver uma maior integração entre as Secretarias e um *upgrade* do software que sistematiza e processa as denúncias. Agradeceu pelo convite.

A Conselheira Vera tomou a palavra para objetivar o encaminhamento. O Conselheiro Juliano deu algumas sugestões.

O Vice-presidente agradeceu o depoimento do Sr. Valtencir e passou a palavra para as deliberações.

Encaminhamento #03

Conselheiro Juliano e Mesa

Solicitar e sistematizar as informações e colocar para a imprensa e para o poder público, através de ofício, essa situação (votação unânime).

03.2^a Conferência Municipal de Transparência e Controle Social de Londrina: item prorrogado em razão das ausências dos integrantes da mesa.

Encaminhamento #04

Felipe

Contatar com urgência o Marcio.

Encerramento

Abriu-se espaço para fala.

Ninguém mais se manifestou.

Pauta inteiramente discutida e concluída.

A reunião se encerrou às 20hrs27min, horário de Brasília.

Ata registrada.

Por ser isto verdade, dou a minha fé pública e firmo a presente.

Londrina, segunda-feira, 04 de maio de 2015.

FELIPE FERREIRA ARAÚJO

Estagiário de Pós-Graduação, pelo IDCC, do Observatório de Gestão Pública de Londrina